

Crise devolve mais de 560 mil brasileiros às classes D e E

(Não Assinado)

São Paulo O ano de 2009 começou com uma reversão abrupta no crescimento da classe média – incluindo a classe C, a classe média popular – que caracterizou boa parte do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Somente em janeiro, a classe C, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, perdeu 11% do seu crescimento no governo Lula. No mês, um total de 563 mil pessoas caiu da classe C para as classes D e E nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

A pesquisa é do economista Marcelo Neri, do Centro de Política Social (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As informações são do jornal "O Estado de São Paulo".

Somando-se as classes A e B à C, a redução nas regiões metropolitanas chega a 765 mil, e é exatamente igual ao aumento das classes pobres, a D e a E.

O crescimento da classe C é marca do governo Lula e também um fenômeno global causado pelo boom econômico encerrado em setembro de 2008, especialmente em países como a China. As classes A e B, por sua vez, incluem o que normalmente se considera como classes média e média alta no Brasil.

Outro estudo divulgado pela agência McCann Erickson mostra que a classe C, o chamado "consumidor emergente", não está mais preocupada com o acesso ao consumo, mas com o consumo de qualidade.

Agora, a classe C, que representa 52% da população, quer consumir para melhorar sua qualidade de vida. O consumo de alimentos, por exemplo, se concentra cada vez mais no valor nutritivo – 38% dos entrevistados disseram que o fato de o produto "fazer bem" é o fator primordial para a compra.

A pesquisa ouviu 1.000 casais em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Goiânia). (Com informações da Agência Estado)

Empresa prefere reduzir salários a demitir mais

Entre as medidas previstas em lei para reduzir os efeitos da crise sobre o emprego, 37% das empresas da indústria preferem a redução de jornada com redução dos salários. É o que mostra pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com 586 empresas. Desse total, 52% dizem que a medida evitaria parcialmente demissões de, em média, 23% do quadro de pessoal.